



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

ATA DA 24ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS PÚBLICAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE, NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 18ª LEGISLATURA.

Às 13h53min do dia 16/9/20, no Plenário Camil Caram, sob a presidência do vereador Pedrão do Depósito e com a presença dos vereadores Orlei, Jorge Santos e da vereadora Marilda Portela, esta em presença remota, reuniu-se a Comissão de Orçamento e Finanças Públicas da Câmara Municipal de Belo Horizonte - CMBH. Havendo quórum, o presidente declarou abertos os trabalhos. Da ORDEM DOS TRABALHOS, constou: I - Aprovação de ata: não tendo recebido impugnação da Ata da 23ª Reunião Ordinária, realizada em 9/9/20, o presidente comunicou sua aprovação, nos termos regimentais. II - Audiência pública: não prevista. III - Discussão e votação: EM TURNO ÚNICO: 1) Requerimento de Comissão nº 661/20 - pedido de informação à Secretaria Municipal de Planejamento, com a finalidade de “informar sobre o projeto de lei nº 1.026, que autoriza o Poder Executivo a contratar operações de crédito junto ao BIRD ou a outra instituição financeira, o seguinte: 1 - Quais são os índices dos juros e os prazos dessa operação de crédito? 2 - Qual a capacidade de endividamento do Município? 3 - Qual a necessidade de solicitar esse financiamento a 3 meses da eleição?” Autoria: vereador Arnaldo Godoy. Aprovado, com voto contrário do vereador Jorge Santos. 2) Requerimento de Comissão nº 671/20 - pedido de informação ao prefeito Alexandre Kalil, com a finalidade de “informar sobre o projeto de lei nº 1.026/20, que autoriza o Poder Executivo a contratar operações de crédito junto ao BIRD ou a outra instituição financeira: 1) Apresentação do planejamento e/ou cronograma de obras e demais atividades do Programa de Redução de Riscos de Inundações e Melhorias Urbanas na Bacia



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

do Ribeirão Isidoro. 2) Quais são os custos estimados para a realização do Programa de Redução de Riscos de Inundações e Melhorias Urbanas na Bacia do Ribeirão Isidoro? Apresentar documentos que comprovam os referidos custos. 3) Em relação aos custos estimados, qual é o percentual necessariamente obtido por meio das operações de crédito referidas no PL nº 1.026/2020 e quais são as eventuais outras formas de custeio existentes? 4) Mediante quais recursos o Poder Executivo pretende amortizar o crédito sem que seja necessária a execução da garantia prestada pela União? 5) Qual o impacto nas finanças do Município em caso de efetivação da contratação? Apresentar detalhamento sobre a consignação dos recursos na receita orçamentária e/ou em créditos adicionais. 6) Em relação ao valor de até U\$160.000.000,00 (cento e sessenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América), passível de obtenção mediante a celebração das operações de crédito, qual a memória de cálculo utilizada para se chegar a esse valor? 7) No caso de execução da garantia, qual o percentual das receitas municipais será comprometido em função da vinculação das receitas de transferências, das receitas de impostos municipais e fundos?” Autoria: vereador Fernando Borja. Aprovado, por unanimidade. 3) Requerimento de Comissão nº 672/20 - pedido de informação ao secretário municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão, com a finalidade de “obter informações a partir de questionamentos apresentados pela Comissão de Educação, Ciência, Tecnologia, Cultura, Desporto, Lazer e Turismo, Comissão de Meio Ambiente e Política Urbana, Comissão de Mulheres e Comissão de Direitos Humanos e Defesa do Consumidor, contendo matérias a serem detalhadas pelos gestores do Executivo na audiência pública de prestação de contas referentes ao 2º quadrimestre de 2020”. Autoria: vereador Pedrão do Depósito. Aprovado, por unanimidade. EM PRIMEIRO TURNO: 4) Projeto de Lei nº 909/20 - “Dispõe sobre a instalação de equipamento eliminador de ar na



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

tubulação do sistema de água residencial ou comercial”. Autoria: vereador Elvis Côrtes. Aprovado, por unanimidade, o parecer do relator, vereador Jorge Santos, pela rejeição. 5) Projeto de Lei nº 1.013/20 - “Institui o Programa de Certificação de Crédito Verde”. Autoria: vereador Gabriel. Aprovado, por unanimidade, o parecer do relator, vereador Pedrão do Depósito, pela aprovação. Registre-se a saída do vereador Jorge Santos. IV - Outros assuntos: o presidente deu ciência aos demais membros da comissão sobre o recebimento dos seguintes documentos: - ofício do diretor de Acompanhamento Legislativo em exercício, Guilherme de Souza Barcelos, em resposta ao Requerimento de Comissão nº 613/20; - ofícios das comissões de Meio Ambiente e Política Urbana, de Direitos Humanos e Defesa do Consumidor e da Comissão de Mulheres em resposta ao Requerimento de Comissão nº 615/20. Nada mais havendo a ser tratado, o presidente declarou encerrados os trabalhos às 14h8min. Para constar, lavrou-se esta ata, que será assinada pela presidenta ou pelo presidente da reunião em que for comunicada sua aprovação, conforme previsão regimental, ou pelo presidente desta reunião.

ATA APROVADA (art. 71 - §§ 1º e 2º - Regimento Interno) distribuída em avulso, no dia <u>18/09/20</u> , não foi apresentada impugnação no prazo regimental. <u>23/09/20</u> _____ Presidenta/Presidente
